
MULHERES EM CARNE E OSSO: UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE O SOFRIMENTO DAS TRABALHADORAS EM FRIGORÍFICOS NO BRASIL

WOMENFOLK IN *CARNE E OSSO*: A CRITICAL REFLECTION ON THE SUFFERING OF WOMEN WORKERS AT BRAZILIAN ABATTOIRS

Pedro Paulo Scremin Martins

Resumo:

Este artigo tem como objetivo refletir criticamente sobre o sofrimento das mulheres trabalhadoras em frigoríficos no Brasil, através do documentário *Carne e Osso* e com base em teorias sobre sofrimento social e feminismo. Foi possível identificar que o sofrimento das mulheres é decorrente da divisão sexual do trabalho e sua inter-relação com os métodos gerenciais de organização e intensificação do trabalho para a exploração da sua capacidade laborativa no espaço público além dos limites humanos. Paradoxalmente, quando ficam doentes e incapacitadas para o trabalho em frigoríficos, elas sofrem também pela consequente deficiência no desempenho do trabalho doméstico. Embora muitos fatores de opressão e exploração no trabalho sejam comuns aos trabalhadores de ambos os gêneros, como a mutilação do corpo, o adoecimento e a culpabilização da vítima, as mulheres sofrem mais devido à dupla jornada e ao assédio moral que acompanha a extensão da dominação masculina no espaço público. Esses fatos permitem especificar o sofrimento social do gênero feminino. Diante da interdependência constatada entre a estrutura patriarcal e a econômica, conclui-se em favor de uma práxis feminista capaz de articular antipatriarcalismo e anticapitalismo, acreditando que, somente assim, será possível eliminar o sofrimento causado por injustiças de gênero.

Palavras-chave: Sofrimento Social, Patriarcalismo, Divisão Sexual do Trabalho, Capitalismo, Feminismo.

Abstract:

*This paper aims to provide a critical reflection on the suffering of women workers at Brazilian abattoirs, a reflection developed by means of the documentary *Carne e Osso* and based on theories about social suffering and feminism. It was possible to identify the suffering of women as a result of the sexual division of labor and its interrelationship with the managerial methods of organization and intensification of labor, designed for the exploitation of their work capacity in the public space beyond human limits. Paradoxically, when they become sick and unable to work in the abattoirs, they also suffer from the resulting deficiency to do the housework. Although many factors of oppression and exploitation in the workplace are common to workers of both genders, such as mutilation of the body, illness and victim blaming, women suffer more because of the double shift and the moral harassment that accompanies male*

domination in the public space. These facts allow to specify the social suffering of the female gender. In the face of the observed interdependence between patriarchal and economic structures, the paper concludes in favor of a feminist praxis capable of articulating anti-patriarchalism and anti-capitalism, believing that only in this way it will be possible to eliminate the suffering caused by gender injustices.

Keywords: *Social suffering, Patriarchalism, Sexual division of labor, Capitalism, Feminism.*

Introdução

O Brasil está entre os líderes mundiais na exportação de carne (BRASIL, 2017). Em 2012, já eram 388.386 trabalhadores (formais) no abate e fabricação de carnes no Brasil; a maioria é jovem, predominam os baixos salários e alta rotatividade, e as mulheres representam 41% do total de trabalhadores do setor em geral (DIEESE, 2012). Entretanto, quanto mais os trabalhadores produzem riquezas, nessas grandes indústrias, mais eles sofrem; particularmente nos frigoríficos de aves “[...] onde a força de trabalho é prioritariamente feminina” (MARCATTI, 2014, 79). É isso que é evidenciado pelo documentário “Carne e osso: um retrato do trabalho nos frigoríficos brasileiros” (CAVECCHINI *et al*, 2011) o qual veio para revelar a exploração capitalista e o desrespeito aos trabalhadores da indústria da carne no Brasil, bem como o descaso do Estado para com a fiscalização e, por conseguinte, com o sofrimento, em especial das mulheres. Caio Cavechini, diretor do documentário, em entrevista à Cruz *et al* (2013), relatou que a captação das imagens para o documentário aconteceu durante dois anos, ao percorrer cidades das regiões Centro-oeste, Sudeste e Sul do Brasil, contatando trabalhadores de dentro das fábricas – à procura de histórias e relatos de vida que pudessem ilustrar como é o cotidiano de trabalho nos frigoríficos em geral –, e utilizando a fiscalização local como estratégias para conseguir as imagens do cotidiano¹.

Valendo-se dos resultados obtidos pelos autores do documentário e do seu potencial de crítica, refletimos sobre os depoimentos das mulheres no contexto de suas falas. São histórias individuais representativas de aproximadamente 160.000 mulheres trabalhadoras da indústria de carnes (Cf. DIEESE, 2012) que atuam em condições semelhantes: à margem da ergonomia e do reconhecimento de direitos. Embora as condições de trabalho degradantes em frigoríficos patenteadas pelo documentário tenham sido feitas há mais de seis anos, estudos recentes e novos documentários relatam que a situação de

¹ Esse relato do diretor do documentário esclarece a dificuldade em tornar público o sofrimento dessas trabalhadoras, pois os jornalistas só conseguiam entrar acompanhados dos fiscais de trabalho. Em vista disso, e também da ineficiente fiscalização do trabalho cabe salientar que o sofrimento dessas pessoas só está sendo socialmente conhecido com muito atraso, já que os frigoríficos no Brasil, nesse formato de produção, surgiram no início do século passado.

opressão e exploração continua vigente². No plano jurídico, além das ações individuais, algumas intervenções ocorreram por meio de denúncias e atuações do Ministério Público e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Todavia, com a recente contrarreforma da legislação trabalhista que enfraquece os sindicatos, possíveis lutas coletivas poderão perder sua força, o que certamente resultará em mais sofrimento para os trabalhadores, se considerarmos que a “nova” legislação (Lei nº 13.467/2017) suprimiu direitos aprofundando as iniquidades nas relações trabalhistas ao submeter o reconhecimento de direitos à negociação individual entre trabalhador e empregador, além de inibir ações individuais ao impor ao perdedor da causa as despesas processuais. Portanto, é importante considerar que as condições de trabalho na indústria da carne permanecem as mesmas e poderão piorar, sobretudo para as mulheres que terão de negociar não apenas os direitos relativos à classe operária, mas também aqueles específicos de gênero, por exemplo, os relativos à gestação e amamentação.

Em decorrência desses fatos, o referido documentário continua atualizado e contribuindo para a denúncia do sofrimento social, pois se pode dizer, recorrendo a Wilkinson e Kleinman (2016, p. 147), que ele revela a importância da práxis de documentar e escrever sobre o sofrimento humano, enquanto forma de significar o sofrimento das pessoas como problema distintamente “social” que pode garantir formas de intervenção “social” e inspirar os públicos a se engajarem na tentativa de construir uma sociedade mais solidária. É nessa perspectiva que surge o propósito deste artigo de compreender e significar o sofrimento das mulheres em *Carne e Osso*, i.e., a partir de uma situação homogeneizante das diferenças específicas de gênero no interior da respectiva classe social a que pertencem. Embora o sofrimento social não seja uma condição específica das mulheres trabalhadoras das indústrias frigoríficas, pretende-se encontrar nesse cenário uma dimensão específica desse sofrimento que reflete as desigualdades de gênero. O desafio, nesse sentido, é apreender tais desigualdades e suas especificidades numa realidade que aparentemente revela apenas problemas de uma classe social explorada por outra.

² Recentemente, Varussa *et al* (2016) produziram o documentário “Eu trabalhava com dor”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gKdFL9XC4UY&t=402s>>. E, em 2017, o jornal *Metrópoles* realizou uma reportagem em “comemoração” do Dia Internacional dos Trabalhadores que descreve “como os frigoríficos do Brasil se transformaram em fábricas de pessoas doentes”. Disponível em: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/ossos-do-oficio>.

Perspectiva teórico-metodológica: sofrimento social, patriarcado e divisão sexual do trabalho

Já na sua época, Marx alertava que, para superar a subordinação dos indivíduos à divisão do trabalho, seria preciso tomar como padrão de medida não apenas a igualdade dos trabalhadores diante da mesma situação de exploração, pois nesse caso são considerados apenas como trabalhadores e neles não se vê nada, além disso, mas também sua desigualdade situacional e especificidades como indivíduos (MARX, 2012, p. 30-31). Desvelar as desigualdades de gênero no interior da exploração de classe é considerar essa medida marxiana nas estratégias de lutas sociais, o que pode contribuir para articular um feminismo anticapitalista. Os estudos sobre o trabalho feminino evitam incorrer no risco da homogeneizar a submissão dos trabalhadores e trabalhadoras à mesma situação. Nesse sentido, autoras como Hirata (2002), Fraser (2006) e Okin (2008) se destacam pela compreensão das relações de dominação e desigualdade entre homens e mulheres e pela ruptura com a concepção dicotômica entre espaço de reprodução social (âmbito privado) e espaço de produção social (âmbito público).

Contrariamente às tendências de generalizar as especificidades no interior da classe trabalhadora e de dicotomizar as esferas de produção e reprodução social, apresenta-se a seguir, sinteticamente, um arcabouço teórico a respeito do sofrimento social e do feminismo que se presta à articulação de uma perspectiva teórico-metodológica que contribua para desfazer a homogeneidade da imagem unívoca da classe operária e para mostrar as relações entre a opressão patriarcal e a dominação capitalista, a fim de fundamentar a análise e reflexão crítica sobre o sofrimento das mulheres trabalhadoras em frigoríficos no Brasil.

O sofrimento social não é tema novo. Ele sempre esteve presente nos clássicos da sociologia (Marx, Durkheim e Weber), cada qual em sua perspectiva teórica. Nas últimas décadas, o conceito de sofrimento social vem sendo transformado em um objeto de estudo das ciências sociais, bem como, integrado nos debates políticos sobre os rumos da sociedade, ou das políticas públicas, quando se busca identificar os problemas relacionados com as condições de existência ou com a exclusão social de algumas categorias da população (THIOLLENT, 2008). Desse duplo aspecto, científico e prático, segue-se a dupla relevância, política e teórica, da ideia de sofrimento social. Portanto, o sofrimento social é um conceito que a política atual não pode dispensar para

descrever todos os aspectos da injustiça contemporânea; e a filosofia tem um papel a desempenhar na tentativa de integrar as diferentes perspectivas decorrentes das ciências sociais (RENAULT, 2010). Por sua vez, a abordagem da filosofia social – sob a qual este artigo se situa – ao integrar aspectos teóricos e práticos, assim como as diferentes perspectivas, aponta para a possibilidade e para os caminhos da crítica.

Na vertente de estudos sobre sofrimento social que adota o paradigma psicossocial, Frost e Hoggett (2008) apontam algumas estruturas sociais que estão na base do sofrimento social, tais como a classe social, a raça, o gênero, a pobreza, entre outras. Com base nesses autores, é possível considerar que as estruturas sociais de dominação e exclusão, como a divisão sexual do trabalho e o patriarcalismo, e sua inter-relação no bojo do capitalismo infligem danos que produzem “experiências vividas” de sofrimento que resultam em “feridas psíquicas e relacionais” que afetam drasticamente as mulheres, sendo que “o sofrimento social está no coração dessa experiência subjetiva” (FROST, HOGGETT, 2008, p. 440). Essas estruturas sociais fundamentam o próprio conceito de gênero “enquanto institucionalização social das diferenças sexuais e da desigualdade sexual, socialmente construída” (OKIN, 2008, p. 306). Em suma, o gênero é uma dimensão da estrutura patriarcal, e a respectiva divisão sexual do trabalho é adequada pela estrutura econômica capitalista para sua finalidade de acumulação de capital, submetendo as mulheres a um sofrimento social potencializado pela dominação masculina.

Por sua vez, o patriarcalismo enquanto estrutura social de dominação e opressão das mulheres pelos homens passou por um longo processo de mudanças ao longo da história do Ocidente. Uma das marcas desse processo é explicada pela autora de “Calibã e a bruxa”: o surgimento do capitalismo coincidiu com a execução de centenas de milhares de “bruxas” no começo da Era Moderna. Um dos motivos desse ataque genocida às mulheres foi buscar destruir o controle que elas vinham conquistando sobre sua própria função reprodutiva, fato que preparou o terreno para um regime patriarcal mais opressor (FEDERICI, 2017). Portanto, o patriarcado assume, no capitalismo, uma dimensão particular em relação a outros modos de produção: a simbiose entre a estrutura de opressão da mulher, patriarcal, e a nova divisão sexual do trabalho assalariado e explorado pelos donos do capital.

Segundo Hirata e Kergoat (2007, p. 595), ao termo “divisão sexual do trabalho” aplicam-se duas acepções de conteúdos distintos. De um lado, analisa-se a divisão sexual do trabalho associada à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos; e, de outro, numa acepção sociográfica, estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição. Dessa dicotomia nas abordagens presume-se que há uma divisão do trabalho que é cultural e outra que é econômica. Porém numa visão integral, não dicotômica, supõe-se que a dominação econômica se apropria da dominação cultural-patriarcal configurando uma divisão sexual específica do capitalismo. Nessa ótica, pode-se afirmar, com base em Federici (2017, p. 192), que, embora o patriarcalismo seja anterior ao surgimento do capitalismo, vale dizer, “as relações de poder desiguais entre mulheres e homens existiam antes do advento do capitalismo”, este último é intrinsecamente dependente do patriarcado para instaurar uma nova divisão sexual do trabalho no espaço público e garantir a própria reprodução e existência continuada do capital. Portanto, “a divisão sexual do trabalho expressa a divisão de atividades e papéis entre homens e mulheres nos espaços público e privado” (OKIN, 2008, p. 327) e desvela a relação intrínseca entre as esferas que se fundam na dominação masculina. Por isso, Okin se opõe à divisão entre esfera pública e privada que tem prevalecido na teoria política hegemônica, enquanto Fraser (2006) defende que é preciso um enfoque crítico com perspectiva analítica que distinga o econômico-político e o cultural para revelar as conexões entre ambas as esferas e combater as injustiças de gênero: condição para as mulheres participarem como iguais na esfera pública.

Essas considerações teóricas interessam para compreender como a dominação capitalista se apropria das diferenças sexuais e de gênero e realiza uma exploração desigual da força de trabalho feminina por meio da divisão sexual do trabalho. Dito de outro modo, a estrutura patriarcal e de gênero – no que se refere à suposta inferioridade da mulher e, conseqüentemente, do seu trabalho – é apropriada para aumentar os lucros dos donos do capital. Essa é uma premissa importante para tentar compreender o sofrimento das mulheres trabalhadoras em frigoríficos e superar as dificuldades em desvendar as sutilezas da exploração desigual de gênero quando ambos os sexos são parte de uma mesma classe social.

Tendo como suporte essa perspectiva teórica de análise e reflexão que articula referenciais teóricos sobre sofrimento social com teorias feministas, busca-se analisar *quais são as relações entre a divisão sexual do trabalho no capitalismo e o sofrimento do gênero feminino*. Diante dessa questão, somos levados a compreender *como e por que os trabalhadores de frigoríficos se submetem e são submetidos ao sofrimento social, bem como evidenciar o que há de específico para as mulheres e se, para elas, há limites ou descontinuidades entre a esfera pública e a privada e, por conseguinte do sofrimento*. Partindo desses questionamentos, nosso objetivo é refletir sobre a relação entre o patriarcalismo e o capitalismo e sua expressão em sofrimento social mediante a divisão sexual do trabalho, bem como demarcar a face tipicamente feminina desse sofrimento seja no trabalho reprodutivo, seja no produtivo; e, com base nessa reflexão, apontar estratégias feministas e classistas para a eliminação do sofrimento social ocasionado pelas desigualdades de gênero – na sociedade brasileira – e, portanto, evitável.

Para realizar o intento, foram selecionados alguns aspectos evidenciados no documentário para orientar a reflexão sobre o caráter diferenciado do sofrimento das mulheres, a saber: 1) a organização taylorista-fordista do trabalho e o sofrimento; 2) a função da virilidade na divisão sexual do trabalho; 3) a exclusão do trabalho e o respectivo sofrimento social como injustiça de gênero. Em seguida à definição dessas categorias, analisam-se as falas dos trabalhadores e as imagens, com especial atenção à situação das mulheres, excluindo-se as informações de outros entrevistados, tendo em vista que Dejours, Abdoucheli e Jaynet (1994) apontam que, “para chegar ao sofrimento, é preciso passar pela palavra dos trabalhadores”. Por isso, optou-se por focar nas experiências das trabalhadoras para compreender o que há de específico no sofrimento das mulheres que trabalham em frigoríficos, ou seja, “ouvir a voz” das trabalhadoras, tentando encontrar “uma atitude que não seja a de um observador imparcial e onisciente”, nem “a do participante excessivamente envolvido nos fenômenos que busca descrever” para, na discussão da análise, “construir uma narrativa que revele a articulação entre dados empíricos e pressupostos teóricos” (REGO, PINZANI, 2014, p. 31-32), estes últimos, por sua vez, sendo uma articulação entre a teoria feminista e a teoria do sofrimento social.

Nesse caminho de pensamento, é a documentação visual e narrativa das trabalhadoras que contribui para identificar o sofrimento do gênero feminino e descrever a sua realidade através da perspectiva teórica proposta e nos permite, segundo

Wilkinson e Kleinman (2016, p. 22 e p. 159), mapear a representação do sofrimento humano como uma preocupação humanitária, além de compreender a importância da prática de documentar tal sofrimento e permitir o despertar da consciência social.

Organização taylorista-fordista do trabalho nos frigoríficos

O início do documentário ocorre com os trabalhadores relatando o ritmo de trabalho acelerado pela cadeia de produção em série e se desenvolve com os relatos individuais e imagens que demonstram a exposição a diversos riscos, “violências” – convencionalmente denominadas de acidentes de trabalho –, doenças e transtornos mentais. Dor crônica, mutilação do corpo por atrofia decorrente de lesões de esforço repetitivo e amputação de membros por “acidentes” representam as situações relatadas pelos entrevistados, em geral. Entretanto, no relato das mulheres trabalhadoras, além desses problemas, aparece outro com características de pressão psicológica para fazer aumentar a produtividade delas no âmbito de um modo de organização do trabalho tipicamente taylorista-fordista, originalmente pensado para um sistema de exploração do trabalho centrado na dominação masculina (Cf. TAYLOR, 1966). Para compreender esse cotidiano, os métodos de exploração do trabalho e o respectivo sofrimento das mulheres, será preciso olhar para esse modelo de produção amplamente utilizado nos frigoríficos.

Com a ascensão do neoliberalismo, o taylorismo-fordismo está sendo substituído por novas formas de organização do trabalho, dentre as quais predominaria o toyotismo, o qual se caracteriza pela produção flexível, trabalhadores multifuncionais ou polivalentes e cujas inovações têm a ver com formas de combater e/ou fragmentar as lutas dos trabalhadores pela coação e consentimento (PINTO, 2010). Entretanto, no trabalho em frigoríficos, é possível constatar que o modelo de organização do trabalho é o mesmo há um século³: tipicamente taylorista-fordista. Como Pinto (2010, p. 38) salienta: enquanto no taylorismo a intensificação do trabalho se dava pelo controle

³ Segundo Varussa (2016), foi num sistema de carretilhas que colocava o boi em movimento para que os trabalhadores o desmontassem que, em 1908, Henry Ford se inspirou para organizar o mais famoso e conhecido método de produção de automóveis: o fordismo. O método fordista aperfeiçoou o mecanismo de produção e organização taylorista, ao adicionar a esteira rolante no processo produtivo, determinando um ritmo de trabalho muito mais elevado. Esse método foi importado pelos frigoríficos brasileiros em 1918.

cronometrado do tempo das operações parciais, no sistema fordista é a velocidade automática da linha de série que impõe o ritmo de trabalho dentro de limites cada vez mais estreitos de tempo.

De modo geral, a conservação do taylorismo-fordismo na produção de carnes resulta de um emaranhado de fatores⁴. Um deles, que veremos adiante, é a quase ausência de luta dos trabalhadores nesse setor. Outro tem a ver com a “renitente permanência da mentalidade escravista e autoritária, avessa aos direitos de qualquer natureza”, consequência da “experiência da escravidão, instituição fundamental para a acumulação econômica no Brasil por trezentos anos” (REGO, PINZANI, 2014, p. 20-21). Entretanto, no contexto específico do documentário, a manutenção da organização de um modelo de produção voltado à exploração do trabalho sem limites pode ser explicada pela alta oferta de mão de obra e pela posição destacada dos frigoríficos na concorrência intercapitalista no mercado mundial, sem precisar grandes inovações de produtos. Para esse setor adequar um modo de produzir – que parece obsoleto – a uma nova forma de realização do “valor de troca”, *i.e.*, a venda das mercadorias conforme as exigências do mercado internacional, basta cumprir as exigências de exportação. O cumprimento dessas exigências, contudo, ocorre em detrimento do respeito aos direitos trabalhistas, e, por isso, interessa compreender como essas condições objetivas, ou seja, o modelo de organização do trabalho impacta diretamente nas trabalhadoras e são percebidas por elas através da velocidade da produção: “Você tem que cumprir o que eles colocarem na esteira... Eu acho que eram seis segundos pra desossar uma peça” (Juliana) ^{5,6}.

Essa articulação entre a organização do trabalho taylorista-fordista aparentemente ultrapassada e a era atual de acumulação de capital repercute, para as

⁴ Não por acaso, Hirata (2002) questionou a “morte” do taylorismo e, após os resultados de suas pesquisas em fábricas do Japão, França e Brasil, constatou que a substituição do fordismo pelo toyotismo segue a divisão internacional do trabalho e, por isso, ocorre com mais ênfase nos países do centro do sistema capitalista.

⁵ Utilizar-se-á o nome dos entrevistados como citados no filme, os quais são nomes fictícios, certamente a fim de preservar a identidade dos trabalhadores.

⁶ Os fiscais do Ministério do Trabalho constataram que a relação tempo/movimento para desossar uma coxa de frango é de quinze segundos para 18 movimentos e que as trabalhadoras chegam a executar oitenta a 120 movimentos por minuto, dependendo das exigências de produtividade, caracterizando a principal causa de incapacitação e invalidez para o trabalho. Para estar dentro de um padrão seguro para a saúde do trabalhador, é admissível que se executem até 35 movimentos por minuto.

trabalhadoras, numa jornada de trabalho centrada em movimentos repetitivos, o que é salientado na parte introdutória do documentário, por meio da sincronia das imagens das esteiras e dos movimentos dos trabalhadores com suas narrativas, exibidas sob um fundo musical que escolta o ritmo entediante da produção. Aquela articulação também ecoando na pressão psicológica para aumentar o ritmo de trabalho e elevar a produtividade acima do limite da capacidade humana, conforme as exigências de produção. As imagens, as narrativas e o fundo musical não deixam dúvidas sobre o caráter enfadonho do trabalho e a dramática situação a que essas pessoas estão submetidas: uma jornada de trabalho mínima de oito horas diárias sobre uma esteira, realizando movimentos repetitivos, desossando, cortando, separando as carnes como robôs.

Certamente, homens e mulheres estão submetidos à mesma dominação capitalista. Entretanto, a articulação entre a exploração capitalista e a dominação patriarcal acentua o sofrimento das mulheres – como se percebe no documentário, quando elas expressam a opressão masculina de seus “encarregados”⁷, que se utilizam da pressão psicológica para explorar o trabalho além da jornada legal. Ou seja, quando elas não conseguem dar conta da velocidade da esteira, horas extras são adicionadas e não pagas, como forma de castigo – fato que não foi relatado pelos trabalhadores homens que foram entrevistados – caracterizando trabalho escravo, pois há uma relação de dominação que extrapola a jornada de trabalho contratada entre as partes, como as trabalhadoras relatam:

Então eu levava o show. Acende a luz, tem uma luz lá, né; aí acende aquela luz lá, o cara que está abastecendo ali no meio, aí vai abastecer e diz: ah, é porque levou show, aí ganha outra caixa em cima. Só que daí ele vai lá e entrega o teu nome para o supervisor: Jussara e tal, lá, ela e a guria levaram show. Às vezes, 01h15min da manhã, eu ainda tava lá dentro e não era contado nada, porque aí não passava o crachá, o guarda liberava a catraca e nós íamos embora; e isso aí não vinha no pagamento (Jussara). Uns, na desossa, não iam nem almoçar, porque tinha de tirar o show, se não tirasse o show não ia nem almoçar (Juliana).

O *start* da exploração desmedida é o “show”. Uma estratégia gerencial que, conforme relato das trabalhadoras, significa a “derrota” delas pela velocidade da esteira,

⁷ Nas falas dos trabalhadores, homens e mulheres, eles se referem sempre ao agente direto da opressão com a expressão: “meu encarregado”, “o supervisor”. Não se trata apenas de uma questão linguística, mas significa que essas funções são exercidas, sobretudo nas indústrias, majoritariamente por homens, fato também evidenciado por Marcatti (2014) num abatedouro de aves.

que impõe, diretamente, um ritmo e uma intensidade do trabalho que estão além do limite da capacidade humana, física e psíquica. Quando uma trabalhadora “perde” para a esteira, é exposta à vergonha, à humilhação e ao constrangimento diante das colegas e é obrigada a “recuperar” sua produtividade após sua jornada de trabalho, gratuitamente. Portanto, a pressão para aumentar a produtividade se caracteriza como assédio moral, além de que não causa danos somente à trabalhadora que é exposta, mas também a todo o grupo que presencia continuamente a situação e individualmente teme ser submetido à mesma violência⁸. A subserviência das trabalhadoras à estratégia dos “encarregados” para fazê-las aumentar a produtividade é mediada pela esteira fordista. Diferentes vozes nos primeiros cinco minutos do documentário revelam que é necessário depositar todas as energias para se manterem firmes, buscando “vencer” a velocidade das máquinas: “aquela esteira era muito rápida, você tinha de vencer ela” (Rosane).

Como explicar essa passividade e submissão dos trabalhadores em geral e das trabalhadoras em particular? Um dos fatores, dentre os mais importantes, é a pouca participação dos trabalhadores nas indústrias, seja como classe ou como gênero, enquanto condição educativa para uma democracia participativa que lhes permitiria agir diante das experiências de desrespeito e injustiças. Pateman (1992, p. 55-56 e 61) argumenta que a indústria é o *locus* apropriado para o desenvolvimento de qualidades participativas, pois é onde as pessoas mais se envolvem em relações de superioridade e subordinação e gastam grande parte de suas vidas no trabalho. Mas, de acordo com o diagnóstico de Cole – referente ao auge do fordismo no início do século passado e que ainda é atual no contexto desta análise –, a indústria tem sido o *locus* de formação para a subserviência, ao invés de promover qualidades para a participação.

Por que isso acontece? Pateman (1992, p. 60) salienta que os termos “participação” e “democracia” não são sinônimos; porém, na prática, são interdependentes para constituir a democracia participativa. Destaca, ainda, que “a principal função da participação na teoria da democracia participativa é educativa; tanto no aspecto psicológico quanto no de aquisição de práticas de habilidades e procedimentos democráticos”. Entretanto, o aspecto da “educação para a democracia

⁸ Na sua pesquisa, Marcatti (2014) também evidencia formas mais intensas de assédio moral sofrido pelas mulheres, se comparadas aos homens que trabalham no frigorífico.

[...] requer que as estruturas [hierárquicas] sejam democratizadas”, pois “somente a participação no nível mais alto [da hierarquia] poderia proporcionar ao indivíduo experiências na administração dos assuntos coletivos da indústria e uma visão de relacionamento entre as decisões tomadas na empresa e o seu impacto no ambiente social e político mais abrangente” (PATEMAN, 1992, p. 65 e 102). Contudo, o documentário não revela qualquer forma de participação das trabalhadoras; pelo contrário, o sistema opressivo parece não permitir nem mesmo as oportunidades. Consequentemente, a ausência de participação (e de seu aspecto educativo) dos trabalhadores nos frigoríficos repercute nas esferas políticas gerais como os sindicatos ou a democracia representativa⁹. Pateman (1992, p. 56), afirma ainda que “o sistema industrial é a chave para o paradoxo da democracia política. [...] Um sistema servil na indústria reflete-se inevitavelmente em servidão política”; de outro modo, “se a indústria fosse organizada sobre uma base participativa, esse treinamento para a servidão poderia transformar-se em treinamento para a democracia [...]”, embora não garantisse automaticamente a igualdade participativa dos gêneros. Para Pateman (1992), revela-se uma contradição ao se conferir um papel primordial à indústria (e, por conseguinte ao operariado), pois esta possui, ao mesmo tempo, a “chave” para a subserviência e para um governo democrático.

Não obstante, é exatamente a condição de subserviência – que inevitavelmente se transforma em servidão política – que se apresenta em *Carne e Osso*. Não há espaço para a participação diante da constante insegurança de vida dessas pessoas que acabam encontrando num trabalho evidentemente desumano um meio de subsistência. Não por acaso a maioria dos entrevistados relatou ou transpareceu o medo da demissão do emprego. Dois desses relatos são exemplos emblemáticos: “Você não para, você não pode olhar para o lado, não dá para ir ao banheiro; foi mais de duas vezes no banheiro já **vai para o escritório**” (Jussara. grifei). “Era muito nervosismo, a pessoa não aguentava sabe. Ouvir tanta coisa e não pode dizer nada; se dissesse alguma coisa era capaz de **ser mandado embora**” (Adelar, grifei). Por conseguinte, a ausência de participação em *Carne e Osso* decorre das condições objetivas – como as precárias condições materiais de existência – e subjetivas – o sofrimento do medo de perder o emprego – que são

⁹ Ressalta-se que não se tem notícia de greves ou manifestações coletivas de trabalhadores de frigoríficos.

conjunturais e implicam diretamente na participação política e no respectivo desenvolvimento de qualidades participativas, como aponta Pateman (1992).

Entre a participação democrática preconizada por Pateman (1992) – com base em experiências concretas – e a conjuntura de *Carne e Osso*, restou aos trabalhadores de frigoríficos, apenas a submissão à hierarquia estabelecida, antidemocrática, a qual, para as mulheres, é aprofundada pela dominação masculina. O ritmo imposto pela máquina depende diretamente da relação de superioridade e inferioridade, *i.e.*, da função gerencial de mando e supervisão. É o que se percebe no depoimento de Valdirene: “Muitas vezes, a gente trabalha sob a pressão do encarregado. Às vezes, a gente tava fazendo já o possível, mas **eles** queriam mais” (Valdirene, grifei).

Deve-se acrescentar, enfim, que é através da pressão dos encarregados pelo funcionamento da linha de produção que as trabalhadoras, subservientemente, acompanham o ritmo acelerado das esteiras, sem qualquer margem de participação, sequer em decisões sobre a organização do trabalho. Todavia, a ausência de participação, comum a ambos os gêneros, repercute, com maior amplitude, na submissão das mulheres ao poder masculino, que tem como atributo especial a virilidade.

A função da virilidade na divisão sexual o trabalho

Ao refletir sobre a questão da subserviência dos trabalhadores de frigoríficos, constata-se que as funções de supervisão e comando geralmente são funções atribuídas aos homens; fato que proporciona a articulação da forma de organização capitalista da indústria com o patriarcado.

A partir dessa constatação, com base em Hirata (2002), é possível mapear as formas pelas quais o capitalismo e a sua lógica industrial se utilizam das diferenças biológicas ou sexuais para potencializar as construções sociais de gênero, na busca de maximização dos lucros. Uma delas consiste em as mulheres, por sua “delicadeza”, serem alocadas especialmente nos serviços de corte da carne e desossa ou funções que

exigem rapidez de movimentos e habilidade manual, enquanto os homens, pela sua “força física”, são empregados nos serviços que exigem mais robustez¹⁰.

Os diferentes tipos de mutilação do corpo, sofridos por homens e mulheres em *Carne e Osso*, são expressões de uma divisão sexual do trabalho que é explorada em prol da produtividade, isto é, o lugar que ocupam na produção; como exemplos, há o caso do trabalhador Luna – que trabalhava em local da produção que exigia força física e teve o braço amputado – e Valdirene – que trabalhava no corte e desossa de frango e teve o braço atrofiado. A propósito dessa divisão do trabalho, Hirata (2002) observou que as relações de gênero e suas características biológicas indicam as formas como se definem os lugares ocupados pelas mulheres no trabalho mercantilizado, já que, para os capitalistas, dentro do processo de produção, a força de trabalho não é uma categoria universal, quantificável e homogênea, mas concretamente: masculina ou feminina, jovem ou velha, casada ou solteira.

Os capitalistas não apenas exaltam os estereótipos masculino/feminino construídos em torno das diferenças biológicas como a força física, mas se valem também da dominação masculina como método de exploração. Por exemplo, quando as mulheres descrevem o artifício do “show” utilizado pelos “encarregados”, elas revelam uma estratégia da indústria que reflete a divisão do trabalho entre função gerencial e trabalho manual, exatamente como estipulado pelo taylorismo. Nos termos de Taylor (1995), trata-se de uma “divisão de trabalho entre a gerência e os trabalhadores” como principal meio para diminuir “a vadiagem no trabalho” e acabar com o “maior perigo que afeta a classe trabalhadora”: o subtrabalho – *i.e.*, trabalhar deliberadamente devagar. O taylorismo permite ao patrão acabar com os tempos mortos (ou não produtivos) durante a jornada de trabalho e, literalmente, fazer o empregado trabalhar mais rápido. Seus princípios utilizados para aumentar a produtividade aparecem no documentário como sendo implacavelmente aplicados, por exemplo, ao se proibirem as conversas e controlando o tempo para ir ao banheiro: “você não para, você não pode olhar para o lado, não dá para ir ao banheiro; foi mais de duas vezes no banheiro, já vai para o escritório” (Jussara).

¹⁰ Achado similar ao relatado por Hirata (2002) que, quando investigou o trabalho das mulheres nas empresas francesas e suas filiais no Brasil – mais taylorizadas em relação às matrizes –, constatou que as empresas consideravam que havia diferenças entre homens e mulheres e as empregavam de modo diferente.

Tais estratégias são aplicadas com maior violência às mulheres, o que corrobora Hirata (2002), para a qual o taylorismo ainda é uma forma de organização industrial que se sustenta, sobretudo, no trabalho de mulheres, que, mediante as características tradicionalmente associadas ao feminino, são superexploradas por uma jornada de trabalho coercitiva e regulatória no tempo. Contribui, portanto, para reforçar a divisão sexual existente, tanto dentro das empresas como na sociedade em geral, mobilizando as construções históricas de virilidade/feminilidade para alcançar maiores eficiências e ganhos de produtividade. Talvez isso justifique um possível aumento da força de trabalho feminina nos frigoríficos, sobretudo nas esteiras de corte e desossa. Além disso, a taylorização contribui para acentuar a grande diferença no emprego de homens e mulheres, bem como para aumentar o predomínio de homens em funções de comando, como evidenciado no documentário. Nessa perspectiva, uma das “diferenças” entre homens e mulheres que as empresas consideram para as funções de comando é dada “naturalmente” pela virilidade como atributo masculino. Não por acaso, as mulheres entrevistadas no documentário se referem sempre ao “supervisor” ou “encarregado”, como uma figura masculina que impõe as regras: “eles não queriam nem que tu conversasses. O supervisor, ele dizia: tá muita conversa e pouco trabalho. E as mulherada, elas trabalhavam muito; muito trabalhadoras as da mesa” (Juliana).

Mas na verdade os atributos de virilidade não são um dado natural. Nesse sentido, Dejours (2001) pode ajudar a compreender o reflexo de tais atributos no sofrimento das mulheres em *Carne e Osso*. Ao buscar desvelar as “motivações subjetivas da dominação” para responder “por que uns consentem em padecer sofrimento, enquanto outros consentem em infligir tal sofrimento aos primeiros”, Dejours (2001, p. 17, grifos do autor) argumenta que tais motivações estão no âmago de um processo de mobilização em massa das “pessoas de bem” para o “trabalho sujo” e o denomina de banalização do mal pelo trabalho¹¹. Nesse processo, a construção da virilidade é um dos elementos que servem à banalização do mal, como um vício que é transformado em virtude:

¹¹ Dejours (2001, p. 21) faz uma analogia com a “‘banalidade do mal’ no sentido em que Hannah Arendt emprega essa expressão com referência a Eichmann”, mas a faz com base na psicanálise. A ideia é que há um processo social no âmbito do qual as pessoas comuns e de bem assumem o mal como algo normal, seja como espectador ou como ator.

Mede-se exatamente a virilidade pela violência que se é capaz de cometer contra outrem, especialmente contra os que são dominados, a começar pelas mulheres. Um homem verdadeiramente *viril* é aquele que não hesita em infligir sofrimento ou dor a outrem, em nome do exercício, da demonstração ou do restabelecimento do domínio e do poder sobre o outro, inclusive pela força. [...] Fazer o “trabalho sujo” na empresa está associado, para os que exercem cargos de direção – os líderes do trabalho do mal –, à virilidade. (DEJOURS, 2001, p. 81-82, grifos do autor).

Para Dejours (2001, grifos do autor), o homem que recusa o “trabalho sujo” é visto como covarde, quando deveria ser o contrário: quem diz não conseguir fazer o “trabalho sujo” age precisamente em nome do bem e da virtude. A coragem é não dar sua contribuição e sua solidariedade ao “trabalho sujo”, mas sim se recusar energicamente a fazê-lo, mesmo correndo o risco de ser denunciado, punido e até incluído na próxima lista de demissões. Entretanto, o autor adverte que essa “concepção [de virilidade], forjada pelos homens, nem sempre é partilhada pelas mulheres, mas pode vir a sê-lo” (DEJOURS, 2001, p. 82). Equivaleria a dizer que a função do chefe, “encarregado”, se fosse ocupada por mulheres, poderia significar apenas que elas foram dotadas dos atributos sociais de virilidade, longe de representar igualdade de gênero, pois certamente exerceriam a mesma função baseada no construto da virilidade. Talvez fosse o que “faltou” para Valdirene ao recusar o trabalho de “auxiliar do chefe da produção”.

Eles até queriam me colocar como ajudante do chefe de produção, mas, como eles queriam, eu não quis, não aceitei, porque eu não aceito aquilo ali de ter que passar por cima daquelas pessoas que trabalham dez anos... Ter que cobrar deles uma coisa que eles estavam fazendo já o possível e o impossível... Ainda ter de cobrar mais deles? Como que eu ia... Ai eu não aceitei. (Valdirene)

Sabe-se que aceitar ou não um trabalho que tem a função de infligir sofrimento aos outros e, sobretudo, às mulheres, é, em primeira instância, uma decisão pessoal. No entanto, o que se depreende do relato e que é conflitante para Valdirene é o fato de não conseguir infligir aos outros o sofrimento a que fora submetida quando coagida a cumprir as exigências de produzir sempre mais: “a gente começou desossando três coxas e meia. Depois, nos onze anos que eu fique lá, cada vez eles exigiam mais. Quando saí, eu já desossava sete coxas por minuto” (Valdirene). Fica claro o quanto essa situação está consoante à posição de Dejours (2001, p. 21, grifos do autor) de que a virilidade faz parte da construção do masculino ligado à “banalidade de um processo *que é subjacente à eficácia do sistema liberal econômico*”.

A decisão de Valdirene – que teve como consequência a atrofia do seu braço – demonstrou um gesto de solidariedade e compaixão para com o sofrimento dos trabalhadores, embora, por ser uma decisão de mulher, não seja vista nem como “virtude” nem como “vício”, mas como uma fraqueza ou fragilidade.

O fato de uma mulher se recusar a praticar o mal contra outrem só pode ser tido como defeito, pelos homens que associam tal recusa à fragilidade, e essa fragilidade à [suposta] inferioridade congênita das mulheres... *O sexo frágil. A fragilidade do sexo frágil não é não poder suportar sofrimento, mas não poder infligi-lo a outrem* (DEJOURS, 2001, p. 131-132, grifos do autor).

Nessa desconstrução do mito do sexo frágil realizada por Dejours, percebe-se que não se trata de saber se as mulheres podem suportar mais ou menos sofrimento que os homens, mas sim do poder de impor sofrimento a outrem, que é um poder do gênero masculino, ligado à construção social da virilidade. Portanto, se considerarmos que a hierarquia e as relações de poder são também opressivas porque se revestem de atributos masculinos como a virilidade, não é difícil ver que o trabalho em frigorífico impacta desproporcionalmente a psique das mulheres, levando-as a transtornos mentais como a depressão e instabilidades emocionais, primeiro que os homens.

Tinha dia assim que a pressão era tão grande, que eles te cobravam tanto, tanto, tanto, que tu chegava a tremer quando eles chegavam em cima de ti assim, para te cobrar (Valdirene). Se tu ia ao banheiro, o teu show virava [...] então tu olhava pra aquilo lá, eu já tava meio doente, bastante doente, comecei a chorar; eu não aguento mais, eu vou morrer aqui dentro (Jussara). Tinha dia que eu não tinha vontade nem de ir trabalhar (Ana).

Essas palavras das trabalhadoras, se contextualizadas, revelam a condição desgastante da jornada de trabalho intensiva; de um trabalho mecânico e opressivo que causa apenas sofrimento. Como se vê, não é possível extrair do contexto de fala das entrevistadas nenhum traço de satisfação no trabalho: o sofrimento anula qualquer resquício de prazer que, para Dejours (1987; 2001), é condição do trabalho. Isso nos leva a refletir que as trabalhadoras em *Carne e Osso* são como corpos condicionados e docilizados para a “implementação das técnicas de poder e das relações de poder” (FEDERICI, 2017, p. 32) patriarcal, apropriado pela indústria capitalista e, associado com o método taylorista-fordista, resulta na “[...] neutralização do aparato mental por meio de um trabalho repetitivo e sem sentido” (DEJOURS, 1997, p. 19).

A exclusão do trabalho e o sofrimento social como injustiça de gênero

O sensível registro cinematográfico de *Carne e Osso*, ao documentar as experiências de desrespeito aos trabalhadores, revelou a humilhação que as mulheres sofrem e a culpabilização pelo próprio adoecimento, feita tanto pelos “encarregados-chefes” como pela medicina do trabalho, normalmente a serviço dos interesses das empresas e cujo poder é de hegemonia masculina, como Valdirene bem afirma: “eles chegaram a dizer que o meu problema [atrofia do braço por tendinite crônica] era de eu vir trabalhar de moto”. De fato, a culpabilização da vítima é utilizada como pretexto para demiti-las do emprego, tanto que “todos os personagens apresentados no documentário estão aposentados por invalidez pelo INSS” (CRUZ *et al*, 2013); muitos tiveram que requerer o direito judicialmente. Em face disso, a compreensão do sofrimento social se torna mais complexa ao envolver o sofrimento da exclusão do trabalho. Da culpabilização da vítima se segue a autoculpabilização, e dessa se seguem a vergonha e os “danos secundários”: “muitas vezes, eu me queixo por não poder mais trabalhar... Eu me sinto mal de estar em casa, daí eu não saio nem nos vizinho, passear tomar um chimarrão. Porque parece assim... Eu me sinto envergonhada de não tá trabalhando, eu me sinto assim, bem mal mesmo de não poder mais trabalhar” (Ana).

Vergonha, humilhação, autoculpabilização são alguns dos “efeitos psíquicos da injustiça social” decorrente da exclusão do trabalho. Nesse sentido, Frost e Hoggett (2008, p. 442) afirmam que o sofrimento resulta da injúria que produz vergonha e humilhação; torna-se individualizado e internalizado – construído em subjetividade; o dano secundário é experimentado quando as defesas que um indivíduo emprega para lidar com a injúria e a perda têm consequências destrutivas para si e para os outros e, portanto, separa ainda mais a pessoa de seu senso de parentesco/pertencimento ao grupo. Essas defesas podem se manifestar em revolta, arrependimento etc.: “hoje, muitas vezes, eu me arrependo por que eu trabalhei tanto, de me arrebentar a trabalhar, e hoje tô sem condições de trabalhar e não tenho renda nenhuma. [Pausa em silêncio] É, não é fácil!” (Ana).

Infelizmente, as reações não se transformam, automaticamente, em lutas individuais ou coletivas. É mais comum – e é o que se percebe no documentário – o surgimento de um paradoxo: por exemplo, a autoculpabilização de Ana expressa a

contradição do trabalho na esfera pública, que, ao invés de ser meio de emancipação da mulher do patriarcalismo, se transforma em fonte de sofrimento e de perda da identidade pessoal, desvelando a continuidade desse sofrimento na esfera privada ou da reprodução social. Não há como duvidar disso diante de uma série de depoimentos que contradizem a existência de qualquer fronteira entre público e privado para essas mulheres pobres e trabalhadoras: “eu fui aguentando, aguentando [a dor], aí meu marido começou a dizer: ou tu sai de lá ou...” (Valdirene). “Eu começava a chorar, eu não queria mais ficar lá dentro. Até um dia, eu disse pro meu marido: eu não vou mais trabalhar, e acabou” (Jussara). “Eu tive época que eu não conseguia nem mexer uma panela” (Ana).

Aparentemente, os relatos de Valdirene e Jussara são contraditórios; mas não se requer esforço de interpretação para se perceber que o que está em jogo não é meramente a conquista do mercado de trabalho e a consequente liberação do trabalho doméstico – visto que isso não ocorre, como demonstra o relato de Ana –, mas sim a necessidade de sobrevivência, de acrescentar salário para manter a família, ou mantê-la sozinha, como na família monoparental de Ana: “eu tinha até medo de ser mandada embora. Porque eu sabia que, quando a pessoa começava a se afastar por problemas de saúde [...], ela era demitida. Eu estava sozinha e tinha que trabalhar para sustentar os filhos, eu não queria atestado”. É exatamente nesse sentido que Pateman (2013, p. 72) afirmava:

[...] Uma grande quantidade de mulheres de classe trabalhadora sempre teve de entrar no mundo público do emprego remunerado para garantir a sobrevivência de suas famílias, e uma das características mais marcantes do capitalismo pós-guerra foi o emprego de um número sempre crescente de mulheres casadas. No entanto, a presença delas serve para destacar a continuidade patriarcal que existe entre a divisão sexual do trabalho na família e a divisão sexual do trabalho no local de trabalho.

Ambas as divisões do trabalho têm como base a estrutura patriarcal. E é sobre essa base que, contraditoriamente, a lógica excludente do mercado de trabalho vem impedindo cada vez mais a reprodução social, ao invés de romper com a continuidade do patriarcalismo entre as esferas públicas e privadas. Isso demonstra que o modo de produção capitalista não visa à reprodução da sociedade humana, mas sim a acumulação privada de riqueza social com consequências drásticas, em especial, para o gênero feminino, que, em sua grande maioria, se veem obrigadas a acumular serviços domésticos e de cuidados com o emprego remunerado, aumentando seu sofrimento.

Evidentemente o documentário demonstra que os homens sofrem os mesmos impactos das mulheres na linha de produção da indústria frigorífica. Entretanto, as mulheres em *Carne e Osso*, sofrem ainda com a própria estrutura patriarcal, presente nessa indústria, duplicando a carga que suportam por medo do sofrimento da exclusão social. O caso de Valdirene é emblemático nesse sentido. Ela trabalhou vários anos com dor e teve seu braço esquerdo atrofiado, e foi para evitar o sofrimento da exclusão e a miséria que Valdirene suportou a opressão e o sofrimento no trabalho de desossa de frango, até o fim. Seu marido a ajudava todas as manhãs a “*abrir as mãos*” para que pudesse ir trabalhar.

Todo dia de manhã, ele tinha que abrir a minha mão e fazer massagem porque eu não abria mais a mão, os dedos ficaram atrofiados assim ó. Era horrível, duro assim, e eles fizeram... No último dia que eu trabalhei, me fizeram colocar a faca no meio dos dedos assim... E trabalhei o dia inteiro assim... Eu nunca me esqueço. Ainda o **encarregado** veio em cima de mim; chamou o encarregado, a outra lá. Aí ele disse: coloca a faca no meio da mão e dá-le pau. Foi o dia em que meu marido não conseguiu mais abrir a minha mão. Todos os dias ele abria e naquele dia os dedos não voltaram mais; os dedos ficaram atrofiados, não aguentaram mais... Ele queria enlouquecer. Eu cheguei à enfermaria, eu fui até mais cedo; eles olharam assim, me deixaram ainda numa fila enorme esperando pra ser atendida; Aquele dia foi o dia em que eu me desesperei. E daí eu pensei assim: meu deus, o que eu fiz da minha vida, eu não tinha 36 anos, 35... (Valdirene, grifei).

Com esse depoimento, finaliza-se o documentário. É um relato repleto de pranto, lágrimas e silêncio. O mais comovente, talvez, por ser a história de vida e de exclusão do trabalho de modo mais dramático. Por sua condição de mulher, Valdirene não ficou somente inválida para o trabalho em frigoríficos. As imagens em que aparece arrumando a cama, guardando uma caixa no armário da cozinha, seguida de suas palavras: “eu tive de reaprender a fazer tudo... isso aqui é a minha vida”, demonstram o impacto da deficiência sobre todas as atividades cotidianas e revelam sua responsabilidade com o serviço doméstico, paradoxalmente aumentando seu sofrimento.

Por uma Alternativa Feminista e Classista

O documentário estudado trouxe à luz uma dramática realidade até então pouco conhecida pela sociedade em geral. Apresenta o submundo do trabalho em frigoríficos no Brasil, o qual propicia a produção da riqueza social – no âmbito da indústria da carne –, apropriada pelos capitalistas na forma de capital de maneira diretamente proporcional à produção de sofrimento para os trabalhadores. O progresso da indústria é tanto maior

quanto mais os trabalhadores são submetidos a um regime de escravidão, literalmente, tudo garantido com a convivência de um Estado claramente a serviço do capital – que cada vez mais desregulamenta o trabalho para favorecer tais modos e modelos de produção em detrimento do bem estar e da necessidade dos seres humanos, que são vistos e tratados pelo sistema como descartáveis.

A leitura da realidade das mulheres em *Carne e Osso* é aplicável com mais veemência aos países da periferia do sistema capitalista, onde a maioria delas é pobre, e os poucos direitos trabalhistas não são respeitados. Depreende-se dessa reflexão que os movimentos de oposição ao capital e ao neoliberalismo, como a “segunda onda do feminismo”, nunca tiveram alguma homogeneidade. Portanto, uma ponderação precisaria ser feita à argumentação de Nancy Fraser de que “a crítica da divisão do trabalho por sexo, no local de trabalho e em casa, era o principal alvo das feministas na década de 1970, tanto no norte como no sul” (SCHILD, 2016): o “feminismo de segunda onda”, homogêneo, ao qual Fraser faz referência, nunca existiu. “Talvez a ideia mais importante para o feminismo latino-americano, no entanto, foi o da autonomia pessoal, material e psicológica” (SHILD, 2016, p. 68).

Sob tal perspectiva, os achados de Schild sobre o feminismo na América Latina são mais condizentes com a realidade analisada no documentário. Ao contrário do feminismo da “segunda onda” – que, “ao deixar de lado as questões de igualdade material e redistribuição política e econômica para favorecer as lutas por reconhecimento da identidade e diferença” (SHILD, 2016, p. 63), “forneceu, inconscientemente, um ingrediente fundamental [...] do novo espírito do capitalismo” (FRASER, 2009, p. 12) –, no Brasil a maioria das mulheres tinha, e ainda têm como principal fonte de desrespeito e injustiça as desigualdades materiais, se tomada como referência a dimensão da pobreza. Desse modo, para se construir localmente teorias e práticas sociais feministas para além do feminismo das mulheres privilegiadas, é preciso dar voz às mulheres pobres e operárias; tomando como referência as especificidades de gênero numa ótica que permita articular as lutas sociais antipatriarcais e anticapitalistas. Só assim, é possível combater a dupla subordinação das mulheres, pois não restam dúvidas de que, no conjunto de trabalhadores em *Carne e Osso*, são elas as que mais sofrem. O que era para ser libertação paradoxalmente se transforma em mais

sofrimento, visto que sofrem também com a invalidez para o trabalho doméstico, do qual nunca se emanciparam; o que leva a pensar que o sofrimento social tem gênero.

A exploração capitalista traz no seu ventre a dominação masculina, patriarcal. Se o combate à dominação masculina for colocado também no horizonte de lutas, veremos que, definitivamente, “não é mais possível discutir a teoria política ignorando ou relegando às margens a teoria feminista” e sua militância política, pois se trata de uma *práxis* que “parte das questões de gênero e vai além delas, reorientando todos os nossos valores e critérios de análise” (MIGUEL, BIROLI, 2013). Do mesmo modo, também não é possível discutir o trabalho entendendo por trabalho apenas o trabalho profissional, assalariado e formal; é preciso também discutir o trabalho doméstico, o trabalho não assalariado, não mercantil, não remunerado e informal (HIRATA, 2012), visto que o “domínio patriarcal não opera com independência das relações de produção e de classe, assim como o capitalismo não opera independentemente do patriarcalismo” (FEDERICI, 2017, p. 10), o que desfaz a suposta dicotomia entre espaço público e privado.

O trabalho das mulheres em *Carne e Osso* não termina após as longas jornadas nos frigoríficos (inclusive com horas extras não pagas), porquanto, para elas, tal dicotomia realmente não existe. Isso deixa evidente que, de fato, “*não* estamos diante da emergência de *uma nova divisão sexual do trabalho*” (HIRATA, 2002, p. 24, grifos da autora). Estamos, sim, perante novas formas da dominação masculina e subordinação das mulheres – ao menos da maioria delas. A diferença é que, com o avanço do neoliberalismo e da globalização capitalista, a divisão sexual do trabalho assume formas distintas nos países desenvolvidos e naqueles da periferia do sistema. Nos frigoríficos, essas “novas” formas se imbricam profundamente com as velhas, especialmente com a gestão taylorista e o ritmo fordista do trabalho nas fábricas. Além disso, outros efeitos do desenvolvimento neoliberal são mais nefastos para os países da periferia, pois houve, nas últimas décadas, por um lado uma bipolarização do emprego feminino entre um contingente minoritário, mas significativo, de trabalhadoras na categoria de executivos e profissões que exigem o grau superior e, por outro lado, uma grande maioria de mulheres em situações de trabalho vulneráveis, precárias, mal remuneradas e não valorizadas socialmente (HIRATA, 2002, p. 24). Haveria ainda de se constatar que o aumento do primeiro contingente se dá à custa do aumento do segundo.

Se o diagnóstico realizado é minimamente correto, concordar-se-á com Okin (2008, p. 327) que devemos ter como objetivo uma sociedade com igual divisão de trabalho na esfera privada e com Hirata (2002) que o advento de um novo paradigma da divisão sexual do trabalho não requer apenas uma nova divisão sexual do trabalho profissional, mas também doméstico. Infelizmente, nas condições atuais, o capital se apropria cada vez mais não apenas da tradição patriarcal de dominação masculina, mas também faz “ressignificações”, como Fraser (2009) salientou, de todas as bandeiras de lutas do feminismo em favor do neoliberalismo e do “novo espírito do capitalismo”. Portanto, deve-se acrescentar aos objetivos de Hirata (2002) e Okin (2008) uma luta radical de todos os gêneros contra o sistema capitalista, tal como disse Fraser (2006): “de modo muito semelhante à classe, a injustiça de gênero exige a transformação da economia política para que se elimine a estruturação de gênero desta”; mas sem abrir mão, durante o processo, da necessária revolução cultural contra a dominação masculina em todos os espaços de trabalho. Somente assim, será possível combater o sofrimento social evitável e que afeta desigualmente os gêneros.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Governo do Brasil. **Carnes brasileiras são reconhecidas internacionalmente**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/03/carnes-brasileiras-sao-reconhecidas-internacionalmente>>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- CAVECHINI, Caio *et al.* **Carne e osso: um retrato do trabalho nos frigoríficos brasileiros**. São Paulo: Repórter Brasil, 2011. Disponível em: <<http://carneosso.reporterbrasil.org.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2018.
- DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Perfil dos Trabalhadores em Frigoríficos no Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://www.cntaafins.org.br/images/downloads/Perfil-Trabalhadores-Frigorificos-Fevereiro-2014.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2018.
- CRUZ, Mirian *et al.* “De Carne e Osso”: Um Estudo de Recepção com os Trabalhadores dos Frigoríficos. In: **Anais do 14º Congresso de Ciências da comunicação na região sul**, 2013, Santa Cruz do Sul, 2013.
- DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da FVG, 2001.

- DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 30 mar. 2006.
- _____. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 14, n. 2, p.11-33, 15 dez. 2009.
- FROST, Liz; HOGGETT, Paul. Human agency and social suffering. **Critical Social Policy**, Califórnia, EUA, v. 28, n. 4, p.438-460, nov. 2008.
- HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho: um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p.595-609, dez. 2007.
- MARCATTI, Amanda Aparecida. **Labor da carne: o trabalho em um frigorífico de aves**. 2014. 132p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, maio 2008.
- PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. **Contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- _____. Críticas Feministas à Dicotomia Público/Privado. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo: Horizonte, 2013.
- PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XXI: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- REGO, Walquiria Domingues Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2014.
- RENAULT, Emmanuel. A Critical Theory of Social Suffering. **Critical Horizons**, UK, v. 11, n. 2, p.221-241, 21 maio 2010.
- SCHILD, Verónica. Feminismo y neoliberalismo en América Latina. **New Left Review**, London, v. 96, p.63-79, fev. 2016.

- TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de Administração Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 1966.
- THIOLLENT, Michel. Souffrances sociales: Philosophie, psychologie et politique de Emmanuel Renault. **Reçis**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p.97-99, 13 jan. 2009.
- VARUSSA, Rinaldo José *et al.* **“Eu trabalhava com dor”**: trabalho e adoecimento nos frigoríficos. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- WILKINSON, Iain; KLEINMAN, Arthur. **A passion for society**: How we think about human suffering. California: University Of California Press, 2016.